2. Estereótipos de Gênero

“O conceito de gênero possibilitou que se enxergassem as relações entre os sexos não como algo inscrito na eternidade de uma natureza inacessível, mas como produtos de uma construção social que é importante ‘desconstruir’.” (Goldenberg, 2000, p.8)

Diferentes enfoques teóricos norteiam os trabalhos de diversos autores que se debruçam sobre as questões de gênero. A proliferação de estudos científicos, bem como de publicações destinadas ao público leigo em geral, denota a relevância e a atualidade do tema. Observa-se que o conceito de gênero como categoria de estudo tem sido central à análise de diversos fenômenos sociais, nas quais *masculino* e *feminino* são tomados como interpretações culturais dos sexos biológicos. Assim sendo, nas últimas décadas os estudos das ciências sociais e humanas passaram a rivalizar com inúmeras pesquisas no campo das ciências naturais. Houve, de fato, um enorme avanço das neurociências e dos estudos na área da biologia molecular, que culminou nos recentes avanços relativos ao deciframento do DNA humano. Paralelamente, desde meados da década de 70, assistimos também ao desenvolvimento da sócio-biologia como um campo de conhecimento de viés evolucionista que busca na natureza as razões para comportamentos humanos e organizações sociais.

Como o interesse de boa parte destas pesquisas recai sobre as diferenças entre mulheres e homens, somos freqüentemente expostos a toda espécie de literatura a respeito das razões que levam pessoas de diferentes sexos a agirem e reagirem de formas tão díspares em determinadas situações da vida cotidiana. Com o aumento do volume de publicações destinadas ao público leigo, as principais livrarias dos grandes centros urbanos foram levadas a reservar balcões e estantes especificamente para aqueles preocupados em desvendar os mistérios do sexo oposto através de uma literatura que se propõe a esclarecer dúvidas e, em alguns casos, apresentar soluções práticas para problemas de convivência.

Os títulos adotados por algumas destas publicações são sugestivos de uma concepção biologizada de gênero. Muitos tomam por base a idéia de que algumas diferenças até podem ser atenuadas por um convívio “saudável” entre as partes.

Contudo, a “sabedoria” para se chegar à uma convivência “ideal” entre mulheres e homens residiria na aceitação de que *certas* diferenças não podem ser modificadas porque dizem respeito às *naturezas* distintas de cada um dos sexos. Assim, numa época turbulenta, de instabilidade generalizada, em que relacionamentos afetivos atravessam constantes redefinições — que muitas vezes contribuem para o agravamento de sentimentos individuais de baixa auto-estima, insegurança e solidão — livros como “Mulheres São de Vênus e Homens São de Marte”, “Por que os Homens Fazem Sexo e as Mulheres Fazem Amor?”, “Por que os Homens Mentem e as Mulheres Choram?”, “Criando Meninos”, “Criando Meninas” e muitos outros vendem às vezes bem mais do que a maioria dos clássicos da literatura nacional e internacional.

Igualmente, jornais e revistas de grande circulação têm publicado cada vez mais reportagens sobre o assunto, levando informação sobre as últimas descobertas a um grande número de pessoas. Como exemplos recentes podemos citar, só no caso da revista VEJA, as reportagens de capa de 23 de julho de 2003 e de 1º de outubro deste mesmo ano. A primeira é intitulada *Sexo – Como Nossos Ancestrais* e tem como sub-título os dizeres: “A ciência traz à tona indícios de que, na hora de escolher um parceiro, ainda somos guiados pela biologia e por preferências estabelecidas pela espécie há milhões de anos.” A segunda reportagem, intitulada *O Novo Homem – O Homem em Nova Pele*, recebeu o sub-título: “Ele desenvolveu a sensibilidade, interessa-se mais pelos filhos, assume e exhibe emoções, preocupa-se com a aparência, aprecia culinária e apurou seu senso estético. É forte, mas tem estilo. Está nascendo o macho do século 21.” Esta mesma revista publicou ainda duas edições especiais intituladas *Mulher e Homem*, nos meses de agosto e outubro, respectivamente, cada qual falando sobre histórias de sucesso, novos papéis sociais, trabalho, família, conflitos, dúvidas e temas afins.

Em 21 de outubro de 2003, o jornal O GLOBO publicou uma pequena matéria, aparentemente sem receber grande destaque, sobre resultados de pesquisas realizadas na Universidade da Califórnia em Los Angeles, Estados Unidos. A sinopse que serve de chamada para a reportagem nos informa que foram descobertos cerca de cinquenta genes que, em animais, influenciam a formação da identidade sexual no cérebro, e que alguns desses genes estão ativos somente no sexo feminino e outros, no masculino. Para os cientistas responsáveis

pela pesquisa, esses genes desempenham importante papel no comportamento humano e podem estar relacionados à homossexualidade que, segundo eles, teria uma origem biológica. Reproduzimos abaixo título, sub-título e alguns trechos da matéria publicada na seção *Ciência e Vida*:

“Genes contribuiriam para a formação da identidade sexual. Hormônios não seriam os únicos a influenciar diferenças na formação do cérebro e do comportamento. A identidade sexual dos seres humanos pode ser fortemente influenciada pelos genes, afirmaram ontem cientistas americanos. Segundo um estudo publicado na revista *Molecular Brain Research*, as diferenças no desenvolvimento do cérebro e do comportamento nos sexos masculino e feminino estariam ligadas à ação de alguns genes e não somente a hormônios, como se acreditava até agora. (...) A identidade sexual está baseada na biologia das pessoas, antes do nascimento, e é resultado de uma variação no genoma de cada um. (...) Desde os anos 70, os cientistas acreditavam que os hormônios sexuais estrogênio (feminino) e testosterona (masculino) seriam os únicos responsáveis por organizar sexualmente o cérebro. Particularmente a testosterona, que induziria um padrão de desenvolvimento cerebral masculino e inibiria padrões biológicos e comportamentais de diferenciação feminina.”

(O Globo, 21/10/03, p.28)

Os estudos que dão origem a reportagens como esta evidenciam as explicações propostas por modelos teóricos que se mantêm numa linha estritamente biológica e evolucionista, que mantêm o gênero e a identidade sexual atrelados ao sexo biológico. A premissa de que fatores orgânicos como determinados hormônios e, agora, genes afetam a configuração cerebral, assumindo papel preponderante no estabelecimento de características masculinas e femininas, pode trazer a tranquilidade de respostas simplificadoras a algumas questões que nos parecem bastante mais complexas. Acreditar que um melhor conhecimento de nossa natureza corpórea seja suficiente para responder a boa parte, senão a todas as perguntas que nos fazemos acerca de como nos tornamos mulheres e homens, é no mínimo ingênua. Além disso, uma tal perspectiva nos remete ainda a um paradoxo insolúvel, pois se, por um lado, podemos talvez nos acomodar por não precisar assumir responsabilidades por eventuais aspectos indesejáveis de nossa natureza imutável, por outro, devemos nos submeter inapelavelmente a eles, em caráter permanente, pela total incapacidade de alterá-los ou substituí-los.

Em princípio pode parecer inadequado uma dissertação de mestrado invocar tantos argumentos que circulam fora do meio acadêmico. Circulam fora

do meio acadêmico, mas, é importante salientar, são fortemente embasados a partir dele. Ao fazermos referências a matérias de jornais e revistas temos o intuito de evidenciar o que consideramos um fator de peso na formação dos estereótipos de gênero. Deaux e Lafrance (1998) e Citeli (2001) corroboram nossa opinião de que as informações veiculadas pela mídia, seja televisiva ou escrita, têm grande influência sobre a construção de crenças e valores que permeiam a vida de uma sociedade. Por esta razão damos tanta ênfase ao assunto já nas primeiras páginas deste trabalho.^{1,2}

É interessante notar como certas descobertas científicas podem assumir um caráter de revelação tal como na fé religiosa. A imunidade de que gozam os cientistas perante jornalistas e outros leigos contribui para que notícias sobre novas descobertas sejam absorvidas como evidência incontestável, sem exigir confirmação por parte de outras fontes. Citeli (2001) faz um interessante levantamento sobre as relações “estreitas, tensas e conturbadas” entre ciência e mídia. Através de alguns exemplos de manchetes de periódicos brasileiros e americanos, a autora evidencia a atração que as explicações naturalizadoras das diferenças sexuais exerce sobre a mídia e nos informa sobre alguns estudos que visam esclarecer as bases desta atração que é mútua e se mostra benéfica a ambas as partes. De um lado, a autoridade científica confere legitimidade a matérias jornalísticas que, com isso, têm aceitação garantida junto ao público e, de outro, as *verdades* científicas são amplamente disseminadas e paulatinamente incorporadas ao imaginário social. Esta impregnação se dá de tal forma que em pouquíssimo tempo já será possível ostentarmos *estereótipos geneticamente comprovados*.

Faremos referência a uma última reportagem, um pouco mais antiga que as demais, da revista ÉPOCA de 05 de julho de 1999, intitulada *O Porquê das Diferenças*. Mais uma vez, pesquisas de universidades americanas são a principal fonte de informações, neste caso particular, sobre o papel preponderante dos hormônios no que tange uma série de comportamentos masculinos e femininos. Além do desenvolvimento dos caracteres sexuais fenotípicos (gônadas, fibras musculares, pelos corporais, timbre de voz, etc), nesta reportagem são apresentadas algumas outras características como maior ou menor vulnerabilidade

¹ Deaux e Lafrance (1998) apóiam-se nas idéias de Serge Moscovici para falar sobre a influência da mídia.

² Em suas análises, Giddens (1992 e 1999) valoriza até mesmo a literatura de auto-ajuda por considerá-la um importante elemento do que entende por *aspecto reflexivo da modernidade*.

a certas doenças, capacidade de orientação espacial, habilidade verbal, memória visual, sensibilidade e agressividade como fatores que poderiam distinguir mulheres e homens com base em suas constituições hormonais.

Também são mencionados estudos que comprovam que a flutuação hormonal que ocorre naturalmente ao longo da vida, assim como sua manipulação deliberada, podem alterar estes e outros traços. Assim, um maior nível de estrogênio dá à mulher uma melhor expressão verbal, mas, em contrapartida, reduz sua capacidade de localização espacial, que se mantém muito inferior à dos homens mesmo com o auxílio de mapas, que muitas vezes lhes parecem inúteis, quando não lhes causam ainda mais problemas, segundo advogam pesquisas desta natureza. Na esfera masculina, diz a reportagem:

“Homens adoram correr riscos, têm uma lógica mais linear do que as mulheres, circulam com mais facilidade por cidades desconhecidas e partem para a agressão quando se sentem contrariados. Quer se goste, quer não, a biologia ensina que essas atitudes são comuns ao sexo masculino e só variam de intensidade de acordo com o temperamento e as influências culturais.³ E o motor que movimenta tudo isso se chama testosterona, o hormônio sexual do macho.”
(Época, 05/07/99)

É interessante notar que, apesar do interesse em valorizar os hormônios como principal causa de certas expressões de feminilidade e masculinidade, nesta mesma reportagem são também apresentados *en passant* os resultados de um outro estudo que demonstra justamente o contrário, isto é, as taxas hormonais sendo afetadas por fatores de ordem subjetiva. No caso específico dos homens pesquisados, verificou-se uma queda nos níveis de testosterona após o casamento ou quando de outras situações estressantes como a perda do emprego, por exemplo. De forma análoga, concluiu-se que após o divórcio os níveis deste mesmo hormônio tendem a subir, indicando uma maior prontidão para a atividade sexual fora do casamento. Ou seja, o que parece ter sido evidenciado, mesmo que de forma não muito explícita, foi, na verdade, o sinal de uma mais que provável correlação entre fatores biológicos e aspectos sócio-culturais, na qual os termos da equação se invertem e estes passam a ser determinantes daqueles.

³ Grifo nosso.

2.1. Entre a Natureza e a Cultura

No âmbito da academia, os diferentes enfoques teóricos contribuem para ampliar bem mais o espectro de respostas possíveis às questões de gênero. Como vimos, alguns autores acreditam que a natureza é a principal responsável pelas diferenças entre homens e mulheres. Já no campo das ciências sociais e humanas *masculino* e *feminino* são valorizados primordialmente como construções culturais. Entre os dois extremos existem ainda aqueles que reconhecem a importância das diferenças anatômicas na construção de diferenças que se estenderam ao plano social, no qual desenvolveu-se, por exemplo, uma ideologia patriarcal e hierarquizante que culminou, dentre outras coisas, na dominação das mulheres pelos homens.

Ressaltamos que os termos multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade portam em si uma significativa marca de nosso tempo. É sabido que a psicologia social, além de dialogar com a sociologia, a antropologia e a história, lança mão de conceitos de diferentes campos “psi”, como o behaviorismo, a psicanálise e o cognitivismo, por exemplo, para a análise de fenômenos em que um conjunto de indivíduos é tomado como representativo de parcela significativa de uma sociedade que se queira estudar (Rodrigues et al., 2000). Parece-nos, portanto, que não deva ser considerado errôneo tentar manter uma via de trocas com saberes que tendemos a descartar de forma talvez por demais imediata. Neste sentido, gostaríamos de assinalar que a polarização entre enfoques que naturalizam as diferenças sexuais e aqueles em que fenômenos de socialização são mais valorizados sempre implicará em perda de conhecimento, que poderia ser bastante valioso a uma compreensão mais ampla das questões de gênero (Deaux e LaFrance, 1998). Por esta razão, mesmo que tenhamos afiliações teóricas específicas e que, neste momento, queiramos privilegiar os determinantes sociais, acreditamos que devemos nos manter minimamente informados a respeito de como os achados de outros campos científicos podem vir a acrescentar dados interessantes a estudos futuros.

Vale lembrar, contudo, que ao longo da história da psicologia social houve uma relativa indiferença com relação a essas questões. Durante um certo período os papéis masculinos e femininos não eram absolutamente problematizados ou questionados pelos psicólogos sociais, uma vez que eram, de certa forma, aceitos como parte da natureza dos respectivos sexos (Spence et al., 1985). Hoje a situação é bem diversa e os trabalhos de antropólogos, sociólogos e filósofos

como Margaret Mead, Elisabeth Badinter, Anthony Giddens e Edgard Morin, por exemplo, são frequentemente tomados como referência.

Deaux e Lafrance (1998) falam sobre a importância de que os estudos de gênero sejam contextualizados e abordados por um modelo que leve em consideração as flutuações dinâmicas da categoria gênero em si, bem como o sistema social mais amplo no qual características masculinas e femininas são encenadas. Inicialmente, os estudos de gênero eram abordados pelos psicólogos sociais apenas pelo viés das diferenças sexuais. Estas diferenças eram analisadas em diversos domínios da vida social, lançando-se mão de explicações de cunho biológico com uma certa frequência. Durante três décadas (dos anos 50 aos 70) verificou-se a ausência absoluta de trabalhos relativos a gênero nos principais manuais de psicologia social. A partir de 1985, com a publicação de *Sex Roles in Contemporary American Society* no *Handbook of Social Psychology*, Spence, Deaux e Helmreich trazem as investigações de gênero para o plano dos papéis sociais. Na época as autoras encontraram poucas construções teóricas que pudessem embasar seu estudo de forma coerente e consistente, mas apenas uma década depois, quando Deaux e Lafrance publicaram, em 1998, o trabalho que tomamos como referência para esta explanação, já haviam inúmeras conceituações que poderiam ser empregadas de forma mais produtiva, sobretudo em pesquisas empíricas. Mesmo não havendo ainda (ou talvez jamais) uma única teoria soberana que possa dar conta de todas as questões que se levantam sobre gênero, diversos posicionamentos teóricos já podem, hoje, ser articulados.

Numa análise contextualizada de gênero, conforme proposto pelas autoras, as ações de mulheres e homens são conceituadas em termos dinâmicos e interdependentes. Masculino e feminino, durante muito tempo, eram vistos como polos opostos de uma única dimensão, de tal forma que um indivíduo poderia apresentar atributos masculinos ou femininos, mas jamais ambos. A partir dos anos 70, a difusão do conceito de *androginia* levou a uma revisão de posturas, inclusive por parte dos psicólogos sociais, uma vez que atributos masculinos e femininos deixaram de se restringir aos sexos biológicos. Homens e mulheres puderam, então, não ser exclusivamente masculinos ou femininos, mas ambos. Masculinidade e feminilidade passaram a se sobrepôr, existindo simultaneamente em um mesmo indivíduo, passando a ser analisadas não mais por oposição,

complementaridade ou inversão de sinais, mas, sim, como categorias multidimensionais e intercambiáveis.

Sem negar a influência seja da biologia ou dos modelos de socialização, esta abordagem enfatiza a flexibilidade, as variações e as contingências em que ocorrem os comportamentos relacionados a gênero. Além disso, esta perspectiva assume que a categoria gênero deve ser considerada em múltiplos níveis de análise: individual, situacional e em termos de sistemas e estruturas sociais mais abrangentes. Atualmente, já existe um considerável volume de material oriundo de pesquisas empíricas que pode servir de base a estudos contextualizados que, ao invés de se limitarem a indagações sobre a existência ou não de diferenças sexuais, levantam questões com relação aos possíveis moderadores e mediadores de comportamentos masculinos e femininos. Segundo Deaux e LaFrance (1998), apesar de poder ser informada por achados empíricos, a abordagem contextualizada não é necessariamente positivista em suas raízes. Este modelo aceita um determinado conjunto de convenções na interpretação probabilística de suas premissas, mas pode igualmente questionar consensos e provocar a reavaliação de certezas, até então, consideradas básicas. Esta perspectiva não constitui, de fato, um modelo teórico fechado em limites claramente bem definidos. É, ao contrário, um modelo que lança mão de conceitos que operam em diferentes planos e que interagem de forma relativamente inespecífica, o que, certamente, o torna alvo de inúmeras críticas. Ainda assim, as autoras argumentam que esta é a melhor forma de tentar compreender a categoria gênero em toda a sua complexidade.

A abordagem que privilegiamos em nosso estudo é, portanto, aquela na qual são considerados os significados que a cultura ocidental — e em especial a brasileira — atribui à categoria gênero, dando origem a diferentes processos de socialização, e a forma como estes significados são elaborados pelos sujeitos que entrevistamos. Desde Mead (1935 e 1949) vimos como as diferenças corpóreas são assimiladas de diferentes formas em diferentes culturas. Em Goldenberg (1997), tivemos reafirmada a idéia de que “a cultura apropria-se de uma distinção fisiológica, seleciona os fatos naturais e os exacerba (ou os anula).” Efetivamente, não se tem notícias de nenhuma cultura que não tenha atribuído significado às diferenças sexuais e entendemos que mulheres e homens são fortemente influenciados por padrões de feminino e masculino produzidos na cultura em que

estão inseridos — padrões, muitas vezes, não menos estereotipados do que aqueles calcados em modelos das ciências da natureza, vale lembrar.

Acrescentamos que, pelas lentes de um construtivismo *strictu sensu*, sequer veríamos o corpo como uma *realidade em si*. Da mesma forma, os resultados encontrados em pesquisas biológicas também não seriam *verdades* reveladas, mas *interpretações*, significações socialmente construídas. Ou seja, a forma como os cientistas interpretam os dados a respeito do corpo seria profundamente influenciada pelo *zeitgeist* e pelas categorias lingüísticas vigentes que, por sua vez, engendram as representações sociais de masculino e feminino da cultura em que ocorrem essas descobertas (Deaux e LaFrance, 1998). Como vimos através do estudo referido na última reportagem que mencionamos alguns parágrafos acima, alterações dos níveis hormonais podem estar associadas a diferentes momentos da vida subjetiva, sugerindo que não apenas a cultura se apropria da natureza biológica na elaboração de significados e representações, mas esta também pode vir a ser reordenada a partir daquela. Temos, então, a oportunidade de pensar que não só a cultura interpreta o corpo, mas também o corpo pode reagir a vivências subjetivas que são coloridas pelos significados socialmente construídos. Amparada por uma lógica semelhante, a psicossomática, por exemplo, trabalha com o conceito de *equilíbrio biopsicossocial*, de modo a ter uma compreensão mais abrangente do indivíduo que padece de determinadas enfermidades em toda sua complexidade e não apenas sob o ponto de vista médico. Da mesma forma, o conceito de *plasticidade cerebral*⁴ muito empregado em neuropsiquiatria poderia nos ajudar a construir uma hipótese, por exemplo, na qual nosso cérebro de hoje teria sido evolutivamente moldado por nossas *experiências* como mulheres e homens. Devemos admitir que essas reflexões podem parecer ir longe demais, carecendo de uma articulação mais cuidadosa, mas são fruto de um breve exercício, ao qual não pudemos resistir, relativo ao papel preponderante da cultura na forma como podemos perceber e interpretar o mundo à nossa volta.

⁴ A plasticidade cerebral refere-se a modificações que ocorrem no Sistema Nervoso Central dos organismos com o fim de adequá-los às novas exigências impostas pelo meio, seja no nível funcional através do aumento da eficiência da transmissão sináptica, seja no nível estrutural através do crescimento neuronal (BRANDÃO, M. L. *in* As Bases Biológicas do Comportamento: Introdução à Neurociência, EPU, São Paulo, 2004).

Nossa opção pelas explicações de cunho social está baseada, enfim, na noção de que ao tentarmos desnaturalizar as diferenças sexuais poderemos estar contribuindo para a revisão dos estereótipos de gênero.

“Os estudos de gênero questionam a idéia de ‘natureza’ feminina (e masculina) e reforçam a concepção de que as características atribuídas à mulher (e ao homem) são, na verdade, socialmente construídas. Diferencia-se, assim, o sexo (a dimensão biológica dos seres humanos) do gênero (um constructo cultural), o que é útil para mostrar que muitos comportamentos, sentimentos, desejos e emoções, vistos como partes de uma essência masculina e feminina, são produtos de determinado contexto histórico e social.” (Goldenberg, 2000, p.15)

Como já foi dito, não ignoramos o fato de que as prescrições sociais sobre o que é *ser mulher* e o que é *ser homem* também podem gerar estereótipos e preconceitos, mas sabemos que valores podem ser revistos e substituídos através da reflexão e algum empenho em questionar certezas aparentemente definitivas. O mesmo talvez ainda não se aplique à constituição hormonal e genética, sendo que podemos não estar muito longe do dia em que até isso será possível e aceito como solução para limitações impostas pela natureza.

Não queremos dizer que a desconstrução de estereótipos, mesmo daqueles calcados em prescrições sociais, seja tarefa simples e rápida, até pelo contrário. A frase de Mark Twain lembrada por Jablonski (1995) ao analisar a problemática masculina contemporânea ilustra bem a forma como pensamos a este respeito: “nós não nos libertamos de um hábito atirando-o pela janela: é preciso fazê-lo descer a escada, degrau por degrau” (p.159).

Há inúmeros exemplos que demonstram um caráter quase perene de algumas características que são, ainda hoje, comumente atribuídas a mulheres e homens. A própria etimologia do termo já nos dá a dimensão da dificuldade que representa tentar romper com supostas verdades profundamente arraigadas no imaginário social, mesmo quando há evidências que as contradigam, como acontece no caso dos preconceitos. Segundo nos informam Rodrigues et al. (2000), em grego, *stereos* significa *rígido* e *túpos* significa *traço*.

Além disso, os estereótipos de gênero são geralmente processados de forma automática e operam num nível implícito de consciência. O automatismo em que são acionados os esquemas que os constituem são responsáveis por sua influência sobre as atitudes e identidades de gênero, bem como por sua

persistência ao longo do tempo, perpetuando todo um conjunto de idéias que são centrais aos sistemas de crenças de gênero (Deaux e LaFrance, 1998). No que diz respeito à “perseverança” de tais crenças retornamos à reflexão empreendida por Maria Teresa Citeli:

“Argumentos deterministas de base biológica, resultados de seus respectivos contextos históricos e políticos, (...) têm demonstrado vigorosa tenacidade nos dois sentidos que essa palavra carrega, obstinação e constância, (...) quase como perseverança. E nesse outro sentido não se pode deixar de perceber que os estereótipos constituídos com base em metáforas de ordem biológica têm demonstrado uma grande capacidade de se manter, apesar das inconsistências que vão acumulando perante mudanças culturais, tecnológicas e políticas.”

(Citeli, 2001, p.143-144)

Insistimos que priorizar explicações de cunho social não implica em renegar os dados da natureza. Não estamos interessados em substituir determinismos ou em reafirmar o dualismo cartesiano. Apenas entendemos que devemos lançar mão de nossa racionalidade no sentido de interpretar os dados de nossa natureza corpórea em prol da construção de relações menos estereotipadas. Acreditamos que certas simplificações podem nos prender a padrões de comportamento que limitam o exercício de muitas potencialidades humanas que estão para além do sexo biológico. Gostaríamos, sim, de poder escrever um outro *cogito*, talvez, do tipo: “penso, logo posso (re-)construir a minha existência”.

2.2. Repensando as Diferenças

Não podemos deixar de ressaltar a importância e o pioneirismo de Margaret Mead que abriu as portas para a maioria das discussões sobre gênero que empreendemos atualmente nas ciências sociais e humanas. Já na primeira metade do século XX, a perspectiva culturalista desta ousada antropóloga nos possibilitou uma nova abordagem do que sempre pareceu inerente à natureza imutável dos sexos. Através de trabalhos de campo em sociedades ditas primitivas, Mead observou que as diferenças sexuais não eram privilegiadas da mesma forma como nas sociedades ocidentais, mais precisamente nos Estados Unidos e em países europeus. Em *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas*, publicado em 1935, foi evidenciado que nas culturas estudadas a construção de papéis sociais se dá a partir de diferenças de temperamento, qualidades emocionais que

escapam ao domínio físico, arbitrariamente escolhidas pelos grupos sociais como inerentes a um ou outro gênero. Mais tarde, com a publicação, em 1949, de *Macho e Fêmea: um Estudo dos Sexos num Mundo em Transformação*, Mead denunciou a não universalidade das concepções de gênero vigentes, apontando a cultura como fator determinante na construção dos padrões de masculinidade e feminilidade.

Como normalmente acontece com todo aquele que se atreve a questionar ideologias que reinam como única possibilidade de acesso à verdade, Mead foi muito criticada por seus contemporâneos. Em contraposição às idéias que defendiam a existência de uma *essência* masculina e outra feminina, o argumento sustentado ao longo de toda sua obra é o de que as *potencialidades humanas* independem do sexo biológico. Desde então, apesar de permanecerem marcados por suas constituições físicas, homens e mulheres puderam finalmente ser compreendidos e respeitados como indivíduos singulares para os quais o sexo passou a constituir apenas mais uma característica a ser significada segundo sua história pessoal num determinado contexto sócio-cultural.

O trabalho de Mead não tinha por objetivo negar as possíveis diferenças existentes entre os sexos, apenas abordava-as de forma absolutamente inovadora. Sua proposta era de que as diferenças não mais representassem limitações, mas, sim, potencialidades que pudessem ser desenvolvidas por pessoas de quaisquer sexos. As diferenças individuais foram por ela valorizadas como fatores enriquecedores de uma cultura e, em sua opinião, tentar eliminá-las seria, na verdade, uma forma de empobrecer a dinâmica das relações que dão vida a uma sociedade. Em suas palavras, “vida é diferença, é contraste.” Suas contribuições foram de tal ordem que inauguraram um novo olhar com relação à categoria *gênero*, que a partir daí já não pôde mais ser pensada de forma descontextualizada e/ou restrita ao corpo.

Quase setenta anos após o primeiro impacto causado pelas idéias de Margaret Mead, contamos hoje com uma profusão de trabalhos que valorizam masculino e feminino não como *essências*, mas como *experiências* datadas e culturalmente contextualizadas. Como nos diz Darcy de Oliveira (1991), “no feminino, assim como no masculino, o corpo é experiência histórica”, significada e interpretada segundo valores e ideologias emanadas de uma dada sociedade num determinado momento. O que era válido ontem pode não sê-lo hoje e, muito

provavelmente, não será amanhã. Basta nos lembrarmos das histórias de nossos avós, observarmos a forma como vivemos hoje e tentarmos imaginar como serão as gerações de nossos netos e bisnetos.

A maioria das teorias que embasam o conhecimento que se tem hoje sobre gênero deriva do engajamento de intelectuais e pesquisadoras na luta feminista contra as relações de poder estabelecidas no patriarcado, que mantiveram as mulheres subjugadas ao poder dos homens durante boa parte da história da humanidade. Este engajamento se caracterizou, inicialmente, pela luta em prol da eliminação das diferenças entre mulheres e homens, de modo a afirmar a igualdade absoluta entre os sexos. Hoje, porém, observa-se a prevalência de um novo paradigma em que se faz presente o reconhecimento de diferenças sem que estejam, todavia, a serviço dos argumentos de dominação.

Salientamos que o pensamento de Mead antecipou em algumas décadas aquilo que só se passou a cogitar depois de longo período de discussão, reflexão e pesquisa. A radical transformação ocorrida no discurso feminista traz a marca do que ela já defendera no que diz respeito às diferenças individuais independentemente de sexo. O *feminismo da igualdade* foi substituído pelo que se conhece hoje como *feminismo da diferença* e os ideais de igualdade deram lugar a um ideal pluralista que privilegia a diferença. Deve-se acrescentar, contudo, que o trabalho de Carol Gilligan, apesar de bastante posterior a Mead, não foi menos importante e a publicação de *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*, em 1982, trouxe nova luz a muitas questões comumente debatidas nos encontros feministas. As propostas iniciais de eliminação das diferenças foram revistas e as categorias que norteiam o discurso feminista atual são *singularidade* e *pluralidade*. A ênfase na busca da igualdade foi deslocada para a valorização das diferenças não hierarquizadas em diversos campos de interação social. Busca-se “a aceitação da diferença sem desigualdade”, a igualdade de direitos e não de especificidades.

Esta passagem só foi possível devido às feministas terem percebido que ao almejamem igualar-se aos homens estavam, na verdade, endossando a falácia de uma suposta superioridade masculina. O ideal de igualdade, neste caso, não passava de uma armadilha, um engodo que levava as mulheres a abrir mão do universo feminino de modo a serem aceitas no mundo masculino. Ao quererem se igualar aos homens, as feministas estavam dizendo que ser mulher estava aquém

de seus anseios. O universo feminino, por tanto tempo desvalorizado, acabou sendo visto pelas próprias mulheres como insuficiente e incapaz de lhes dar acesso às mesmas opções que estavam disponíveis aos homens. De fato, ser mulher em determinadas circunstâncias não pode ser aceito em qualquer tempo ou lugar, mas não porque o universo feminino em si seja inferior ao masculino, mas, sim, porque deve ser igualmente valorizado, reconhecido e respeitado (Darcy de Oliveira, 1991).

Como parte desta mesma tendência, a preocupação centrada nas questões que diziam respeito exclusivamente às mulheres abriu espaço para discussões pertinentes às relações de poder, à desconstrução de papéis e à eliminação de fronteiras precisas entre masculino e feminino. Como resultado, o feminino deixou de estar restrito à sombra masculina, pôde ganhar visibilidade e existência próprias fora de uma complementaridade hierarquizada. Hoje, as mulheres já conseguiram acesso ao mundo público sem precisar abrir mão do privado, o que tem levado a uma outra problemática: a sobrecarga de responsabilidades pelo acúmulo de funções dentro e fora de casa. À primeira vista, esta dupla jornada de trabalho pode dar a impressão de que o esforço surtiu o efeito contrário, mas um olhar mais otimista pode tentar entendê-la apenas como um obstáculo temporário inerente a um período de transformações. A mudança do discurso feminista e a valorização das diferenças possibilitou o diálogo e a criação de um importante espaço de trocas até então inexistente entre as diversas partes envolvidas e acreditamos que, após alguns ajustes, este e outros empecilhos que por ventura venham a surgir serão paulatinamente ultrapassados por novas formas de interação social da qual não mais participarão pela total e absoluta ausência de sentido.

“A revalorização da diferença não tem por que enfraquecer a luta pela igualdade, mas deve, certamente, redefiní-la. O projeto da diferença não é uma revalorização da vida privada *para* as mulheres, mas *pelas* mulheres para o conjunto da sociedade.” (Darcy de Oliveira, 1991, p.109).

Assim, observamos que a adoção de um ideal pluralista, que respeita singularidades e permite variadas possibilidades de subjetivação, independente de sexo biológico ou orientação sexual, passou a ser a nova palavra de ordem não apenas no discurso feminista. Outros grupos também socialmente percebidos

como minorias desfavorecidas começam a usufruir de algum reconhecimento num mundo em que os ideais de igualdade há muito preconizados pela Revolução Francesa passam a ganhar alguma significação mesmo que ainda incipiente. Por esta razão, já assistimos a uma série de alterações no plano social, promovidas não só pelo feminismo mas também pelo movimento *gay*, com repercussões que vão impactar, como veremos mais adiante, o universo masculino que pareceu por tanto tempo inabalável.

Desde Mead podemos pensar a valorização das diferenças entre masculino e feminino como parte de um contexto maior de valorização das diferenças individuais. Mas precisamos recorrer a Elisabeth Badinter para entender melhor o fenômeno da “des-hierarquização” das relações como resultado de um longo processo histórico que pôs fim a todo um sistema de opressão que vigorou incontestemente no Ocidente durante milênios. Este processo teve início ainda no século XVIII com a substituição das monarquias católicas pelas democracias, passando pelas duas grandes guerras mundiais, pelo fim tardio da colonização nos anos cinquenta e sessenta, culminando na convulsão estudantil que tomou conta de Paris em maio de 1968.

A eliminação da divisão sexual do trabalho, a independência financeira conquistada pelas mulheres, bem como a possibilidade de controle da reprodução através dos métodos de contracepção e, em alguns casos, também do direito ao aborto pôs fim aos pilares fundamentais do patriarcado. Chega ao fim, portanto, uma longa etapa da história da humanidade iniciada há mais de quatro mil anos. As fronteiras entre público e privado perdem a força de segregação que mantiveram mulheres e homens em domínios separados e complementares. Mais do que uma mudança de valores e hábitos, trata-se de uma substituição de modelo e de representações que “mexe com o que há de mais íntimo em nosso ser: nossa identidade, nossa natureza de homem e de mulher.” Os estereótipos tendem a cair por terra e a supremacia do indivíduo leva a infinitas possibilidades de diferenciação, que não mais se limitam ao sexo biológico. Por paradoxal que possa parecer, no seu excesso esta diferenciação absoluta termina por aproximar homens e mulheres “até a maior semelhança possível”. A perda dos antigos referenciais masculinos e femininos e as múltiplas possibilidades que se nos apresentam colocam em evidência nossa natureza bissexual originária que, segundo Badinter (1986), assume a forma de uma verdadeira mutação. Mutação

cultural, é verdade, mas não menos ameaçadora, caso fosse biológica, é importante que se diga.

Devemos, contudo, admitir uma certa dificuldade em imaginar uma total ausência de fronteiras entre masculino e feminino. Tomamos emprestadas as palavras da autora para tentar justificar esta limitação, talvez vergonhosa de nossa parte, já que ela própria nos alerta para o fato de que

“o dualismo sexualizado é o paradigma de todos os dualismos, ‘o paradigma da história do mundo’. Isso prova até que ponto esse questionamento atual, por parte de nossas sociedades, atinge o que há de mais arcaico em nós, e corre o risco de subverter a ordem imemorial do mundo humano.” (Badinter, 1986, p.27)

Além disso, Um *ser* o Outro parece, à primeira vista, mais do que uma impossibilidade semântica. Contrariamente a tudo que foi dito, seria, na verdade, o fim da alteridade. Entretanto, mais adiante, a autora esclarece:

“Dizer que Um é o Outro não significa aqui que Um é o mesmo que o Outro, mas que Um participa do Outro e que eles são, ao mesmo tempo, semelhantes e dessemelhantes.” (Badinter, 1986, p.213)

Como já vimos, o que se delineia para o futuro, mais próximo para alguns e talvez bem distante para muitos, é a absorção de características masculinas e femininas por pessoas de ambos os sexos. As características que são atualmente significadas como pertinentes a um ou outro gênero passariam a constituir apenas qualidades humanas sem qualquer distinção de gênero. Passaríamos, todos, a ser indivíduos de uma singularidade absoluta, formando uma grande massa de diferenças sem par. Todos iguais na mais absoluta diferença, sem qualquer possibilidade de simetria.

Acreditamos, de fato, que os papéis e representações sociais podem ser modificados e reabsorvidos por um e outro sexo, como já estão sendo, ao menos em parte. Mulheres têm ocupado posições de liderança política e empresarial, assim como homens têm assumido a administração da casa e a guarda dos filhos. No entanto, não nos iludimos quanto a uma mudança “ampla, geral e irrestrita” de condições para todas as mulheres. No Brasil, pelo menos, sabemos que o cenário não mudou nada para a maioria, muito pouco para algumas, e bastante apenas para uma minoria quase inexpressiva de mulheres. Mas, o surgimento do que alguns

autores chamam de uma *nova paternidade* pode significar que os homens começam a desenvolver novas habilidades na esfera privada dos sentimentos. Possivelmente, através de uma relação mais próxima com os filhos alguns pais têm a chance de se abrir mais ao contato íntimo e à expressão dos sentimentos que nele se originam.

Desta forma, por mais que a sócio-lingüística nos informe que mulheres e homens operam, atualmente, em registros lingüísticos diferentes, é bem provável que a consolidação do ingresso feminino no mundo público, assim como, o ingresso efetivo do homem no universo privado, dê a cada um o necessário domínio lingüístico até então desconhecido ou pouco desenvolvido. Com isso, mulheres e homens poderiam dominar ambos os registros, que passariam a ser empregados igualmente por todos de forma contextualizada, ou seja, conforme determinar a ocasião. Tomando por verdadeira a idéia de que os mundos público e privado não permanecerão por muito mais tempo como domínios específicos de masculino e feminino, podemos nos imaginar transitando indistintamente por ambos os universos, que se distinguiriam apenas como universos da intimidade e do trabalho, por exemplo, sem qualquer implicação de gênero. Em cada um deles faríamos uso, então, das respectivas habilidades e registros lingüísticos, sem que, necessariamente, seja colocado em pauta qualquer questão relativa a sexo ou gênero. Sennett (1974) é ainda mais radical a este respeito, uma vez que afirma o declínio da dimensão pública, na medida em que a personalização de todas as relações sociais colocam o domínio da intimidade não só em primeiro plano, mas como o único que parece ser valorizado atualmente.

2.3. A mudança insiste e a tradição persiste

Retomaremos a questão dos estereótipos, uma vez que muitos deles continuam a vigorar no imaginário social, participando, portanto, da formação de representações e identidades de gênero que têm repercussões diretas e indiretas no cotidiano de mulheres e homens, trazendo soluções para antigos problemas e também gerando novos conflitos.

Deaux e Lafrance (1998) reforçam a noção de que as oposições e/ou as correlações negativas entre masculino e feminino são aprendidas através dos estereótipos de gênero vigentes em uma dada cultura. É possível observar que as crianças gradativamente aprendem a opor atributos masculinos e femininos à

medida que incorporam os valores e crenças transmitidos em casa, na escola, na TV, nos livros infantis e agora na *internet*, que, diga-se de passagem, é uma fonte inesgotável de reforços, bem humorados ou não, das representações mais extremadas que uma sociedade pode criar sobre os sexos.

Estudos transculturais demonstram como padrões praticados pelos adultos são internalizados pelas crianças e como alguns deles são compartilhados por indivíduos de diferentes países ocidentais. Os homens são freqüentemente vistos como aventureiros, independentes, assertivos, têm mais iniciativa, são mais fortes e mais ativos que as mulheres. As mulheres são definidas como sentimentais, emocionalmente expressivas, maternais e atentas aos sentimentos e necessidades dos outros. Os traços negativos, que não costumam suscitar o mesmo interesse da maior parte dos pesquisadores, apontam os homens como arrogantes e sem princípios e as mulheres como servis e “lamurientas”.

As conclusões da pesquisa realizada por Williams et al. (1981) com crianças francesas, alemãs, norueguesas, holandesas e italianas, em comparação a estudo anterior realizado com crianças apenas de língua inglesa (americanas, inglesas e irlandesas), apontam para a hipótese de uma similaridade nos estereótipos que diferenciam homens e mulheres em todos os países ocidentais. Embora haja algumas discrepâncias nas respostas de crianças de diferentes países, observou-se que, dependendo do estágio de desenvolvimento, alguns traços de gênero não são absolutamente identificados por crianças de nenhuma das nacionalidades pesquisadas. Segundo os autores, em estágios iniciais as crianças identificam apenas os traços de seu próprio sexo e, dependendo do contato que têm com pais e mães, podem, inclusive, identificar traços masculinos e femininos inversamente ao estereótipo vigente. Só um pouco mais tarde, por volta dos onze anos de idade, já têm internalizados os padrões habitualmente praticados pelos adultos.

Apesar dos resultados indicarem a quase unanimidade dos estereótipos de gênero praticados na maioria dos países europeus pesquisados, os autores sugerem, no entanto, que talvez o mesmo não se aplique a países em que haja maior diversidade cultural. Nestes, eles acreditam que haja uma menor confluência de padrões formadores de estereótipos. Isso não quer dizer que não hajam visões estereotipadas com relação a mulheres e homens, mas apenas um conjunto mais difuso de representações. A este respeito, Deaux e LaFrance (1998)

informam que embora haja variações dentre os diferentes subgrupos de uma mesma cultura, estas variações não têm sido alvo de muitas investigações. Segundo elas, há evidências suficientes de que diferentes grupos étnicos dentro dos Estados Unidos, por exemplo, apresentam estereótipos de gênero bastante divergentes, além de sofrerem estereotipizações igualmente diversificadas. Pode-se dizer, com alguma segurança, que o mesmo se aplica aos brasileiros de diferentes regiões e contextos sócio-culturais. As disparidades geográficas, financeiras e educacionais de nosso país, certamente, contribuem para que hajam discrepâncias acentuadas entre populações urbanas de classe média e média-alta, comunidades evangélicas, comunidades carentes dos mesmos grandes centros e populações que habitam regiões desde os pampas gaúchos até o sertão nordestino ou o interior da Amazônia, por exemplo. Como nos diz Elisabeth Badinter:

“Não há necessidade de correr mundo para constatar a multiplicidade dos modelos masculinos. Nossa sociedade é um bom observatório para essa diversidade. A masculinidade difere segundo a época, mas também segundo a classe social, a raça e a idade do homem.” (Badinter, 1993 [1992], p.28)

Mesmo não se tratando de um país de considerável diversidade cultural nos termos sugeridos por Williams et al. (1981), podemos citar o México como exemplo de uma sociedade ocidental que desenvolveu uma alternativa distinta para um dos estereótipos masculinos mais comuns. Em estudo sobre a masculinidade segundo a visão mexicana, Mirandé (1997) aponta não propriamente uma inversão entre papéis masculinos e femininos, mas apresenta uma definição de masculinidade bastante original. Em *Hombres y Machos: Masculinity and Latino Culture* o autor dá alguns exemplos de como o homem mexicano está mais aberto que o homem americano à vida afetiva e familiar. Apesar da primazia dos valores capitalistas e da proximidade geográfica com os Estados Unidos, no México é tradicionalmente inconcebível que um homem se dedique mais à sua carreira profissional do que ao convívio familiar. Ou melhor, pelos padrões mexicanos tradicionais “um bom pai” não pode usar o excesso de trabalho como desculpa para não dar atenção aos filhos, por exemplo.

É certo que no Ocidente em geral, está havendo, atualmente, uma cobrança cada vez mais acentuada quanto à maior participação dos pais na educação dos filhos (Jablonski, 1991 e 1999; Nolasco, 1993 e 1997;), mas esta postura crítica

com relação à paternidade é um fenômeno relativamente recente. No entanto, o que Mirandé nos mostra é que no México esta atitude sempre se fez presente, enquanto pelos padrões americanos tradicionais, por exemplo, “um bom pai” deveria primordialmente, antes de qualquer contato físico ou emocional, se preocupar em trazer o dinheiro para casa, sendo o convívio afetivo relegado para um segundo plano ou até mesmo negligenciado por completo. O autor diz que seus achados sugerem a existência de éticas culturais distintas em torno da masculinidade e da paternidade. De acordo com a ética mexicana, o fato de um indivíduo ser considerado um homem de sucesso ou um bom pai é determinado não tanto por qualidades externas tais como sucesso, fama ou riqueza, mas por qualidades internas como responsabilidade, altruísmo e caráter moral.⁵

Através destes exemplos o autor conclui que, pelos estereótipos americanos de virilidade, o homem mexicano seria um homem essencialmente mais feminino, uma vez que está mais disposto a entrar em contato com seus sentimentos e emoções. Isso não significa, contudo, que os mexicanos sejam menos machistas e que esta entrega às emoções os torne frágeis, indefesos ou menos agressivos. O que está em análise não é o comportamento com relação às mulheres em si, mas, sim, uma certa abertura a aspectos normalmente associados ao universo feminino. Depois de alguns anos radicado nos Estados Unidos, Mirandé retornou à sua terra natal com a intenção de conhecer melhor a cultura latina e não precisou muito tempo de estudo para perceber que qualquer que fosse a definição americana de um “homem razoável” ela certamente não era aplicável ao homem mexicano.

“Se a masculinidade era definida como sendo fria, analítica, racional e desapaixonada e a feminilidade como sendo calorosa, impulsiva, emocional e apaixonada, os homens mexicanos, aparentemente, eram essencialmente mais femininos que masculinos [, quando comparados aos americanos].”⁶

(Mirandé, 1997, p.13)

Dentre os estereótipos de gênero que se aplicam à esfera afetiva é comum a imagem de que “as mulheres se apaixonam com muita facilidade e os homens

⁵ A respeito das diferenças entre países católicos e protestantes ver comentários de Deaux e LaFrance (1998).

⁶ No original: “If masculinity was defined as being cold, analytical, rational, and dispassionate and femininity as being warm, impulsive, emotional, and passionate, Mexican men, it seemed, were essentially more feminine than masculine.” (Mirandé, 1997, p.13)

cruelmente as abandonam”. Entretanto, em estudo realizado na primeira metade da década de 70, com 231 casais de namorados, universitários, provenientes de famílias de classe média, residentes na região de Boston (EUA), Rubin et al. (1981) encontraram o contrário do que predizem os estereótipos. Os autores acharam evidências de que os rapazes pesquisados tendem a se apaixonar mais rapidamente que as moças e revelaram que estas tendem a encerrar os relacionamentos mais prontamente do que eles. Segundo nos informam, os rapazes estariam mais presos à ideologia de amor romântico, acreditando mais do que as moças no amor à primeira vista. Eles também estariam mais propensos do que elas a acreditar que o amor é suficiente para superar barreiras raciais, religiosas e econômicas. Da mesma forma, os jovens do sexo masculino tenderiam a encontrar no amor a solução para todos os problemas que possam advir durante um relacionamento, indo de encontro ao que foi verificado junto às jovens do sexo feminino.

A atitude das moças foi explicada com base em dois argumentos. O primeiro está relacionado a uma maior seletividade por parte das mulheres, conforme amplamente exposto em outros estudos. Na época em que foi realizada a pesquisa em questão, a maioria das mulheres ainda dependia financeiramente de seus maridos e, apesar de muitas já trabalharem fora, poucas podiam realmente se sustentar sem o amparo financeiro de algum homem, seja marido ou pai. Os valores patriarcais ainda se faziam maciçamente presentes mesmo dentre universitários de classe média urbana, justificando, portanto, um maior pragmatismo por parte das mulheres ao escolherem “o parceiro ideal” para se casarem. No caso, este ideal de parceiro estaria vinculado às possibilidades dele vir a ser “um bom provedor” para ela e seus filhos. Passadas três décadas, podemos nos perguntar se esta explicação ainda é válida para algum grupo de mulheres e até que ponto.

A maior prontidão feminina ao rompimento de relacionamentos afetivos foi explicada por Rubin et al. (1981) através da hipótese de que as mulheres em geral, por estarem mais atentas do que os homens às questões de ordem subjetiva, têm uma melhor percepção dos prováveis problemas que possam surgir em seus relacionamentos afetivos. A ênfase em assuntos emocionais durante o processo de socialização das meninas é apontada como a principal razão para que as mulheres sejam mais sensíveis do que os homens à qualidade de suas relações interpessoais.

Por esta razão, uma vez vislumbrada a possibilidade de surgimento de algum problema, elas tenderiam, mais prontamente do que eles, a buscar alternativas que impeçam sua ocorrência ou que possam solucioná-lo, caso seja inevitável. Na falta de opção melhor, o rompimento do relacionamento pode ser visto pelas mulheres como preferencial à manutenção de um relacionamento problemático ou insatisfatório, o que não é tão comumente observado nos homens. Estes, em geral, diante de certos problemas de relacionamento, lançam mão de outros recursos, nem sempre muito nobres como no caso dos relacionamentos extraconjugais.

Os autores apontam que esta tendência feminina poderia ser também justificada a partir dos argumentos de base psicanalítica desenvolvidos por Nancy Chodorow (1978), para quem as mulheres teriam uma “reserva emocional mais rica”, devido a uma elaboração edipiana mais complexa que a dos homens, desenvolvendo, assim, mais recursos para lidar com dificuldades na esfera afetiva. Além disso, acrescentam que o próprio processo de socialização feminino possibilita às mulheres uma maior habilidade em controlar e lidar com suas emoções, tornando-as mais resistentes, dentre outras coisas, ao sofrimento provocado pelo término de uma relação, que pode, pelas razões inversas, ser muito traumatizante para os homens. O sofrimento masculino é também ilustrado por Rubin et al. (1981) através das impressões clínicas de George W. Goethals, que afirma categoricamente que os piores casos de depressão por ele atendidos em seu consultório diziam respeito a homens que se apresentavam como vítimas de relacionamentos com mulheres verdadeiramente predadoras de seus sentimentos. Estes diagnósticos talvez devessem ser submetidos a um exame mais minucioso, de modo a termos uma melhor noção das condições em que se estabeleceram os relacionamentos em questão — provavelmente relações neuróticas, caso contrário não seriam tema de discussão clínica. Mas como isto não é possível, contentamo-nos aqui com a hipótese de estarmos diante de exceções, mais do que de exemplos de uma regra geral. Não obstante o ceticismo também autoproclamado pelos autores da pesquisa a este respeito, os dados encontrados por Rubin et al. (1981), corroborados pelas demais explicações apresentadas, demonstraram que, ao menos no caso da amostra em questão, as mulheres são mais cautelosas, práticas e realistas, enquanto os homens, em total contradição com os estereótipos de “durão”, insensível e pragmático, parecem ser os verdadeiros românticos.

Da mesma forma, Walster e Walster (1978), apoiados em vários dados – inclusive naqueles provenientes das mesmas entrevistas com os 231 casais de Boston – também são críticos em relação à idéia de que o romantismo venha a ser uma característica preponderantemente feminina. Quando consideram a pergunta sobre quem seriam os *verdadeiros românticos*, preferem adotar uma perspectiva mais equilibrada ao avaliarem que os homens tendem a se apaixonar mais rapidamente e se agarrar mais tenazmente a um amor que vacila do que as mulheres, enquanto que estas últimas experimentam o amor de forma mais intensa do que aqueles.

Essa assimetria é explicada por Skolnick (1987) com base na avaliação de que, enquanto os homens podem ser mais românticos, as mulheres têm uma perspectiva mais realista dos relacionamentos e tendem a adotar uma atitude mais gerencial com relação aos seus sentimentos. A diferença se torna mais inteligível se levarmos em conta as posições sócio-econômicas contrastantes entre os sexos, visto que um grande número de mulheres é, ainda hoje, mais dependente financeiramente do casamento do que os homens, e portanto têm muito mais a perder ao se apaixonar pela “pessoa errada”.⁷

Isto é muito interessante, porque, neste caso específico, as experiências do cotidiano comezinho tendem a confirmar os estereótipos, ao invés do que pretendem refutar os estudos que acabamos de relatar acima. Em particular, a experiência clínica mais recente de Maria Rita Kehl, serve para ilustrar justamente o contrário do declarado por George Goethals. Segundo ela, alguns anos após as primeiras conquistas femininas, muitas das quais na esfera sexual, a mulher parece não saber o que fazer para ser amada e desejada, enquanto o homem não sabe como amar uma mulher que, finalmente, revelou o seu desejo. Kehl (1996) nos diz que “as mulheres já não sabem se fazer amar e os homens já não amam como antigamente” e o que está por trás destas constatações é, dentre outros fatores, a ameaça do desconhecido que emerge sempre que avançamos mais um pouco em direção a novos territórios.

“A própria psicanálise já nos ensinou que a cada barreira removida, a cada véu levantado, deparamo-nos não com um paraíso de conflitos resolvidos e sim com um campo minado ainda desconhecido.” (Kehl, 1996, p.23)

⁷ Ver análise de Rocha-Coutinho (1994) quanto ao papel de certa forma controlador da mulher brasileira nas relações familiares.

Em diversos trabalhos, Jablonski, assim como Spence et al. (1985), observa que nas últimas décadas têm ocorrido sucessivas revisões de posturas tradicionais, que tanto espelham quanto estimulam mudanças nas atitudes com relação aos papéis de gênero. Embora ainda se verifique a cristalização de alguns estereótipos a tendência geral é de flexibilização e mudança. Em estudo sobre a crise do casamento contemporâneo o autor faz uma análise das relações de poder entre mulheres e homens, bem como dos papéis assumidos desde a Antigüidade em diferentes culturas, sobretudo no Brasil desde o período colonial. Através de sua pesquisa, abrangendo indivíduos de classe média alta de diferentes faixas etárias e estados civis, o autor nos traz dados que contribuem para uma visão atualizada de como são vivenciadas as questões de gênero em nossa sociedade. Seus achados apontam para uma forte tendência ao igualitarismo, apesar da persistência concomitante de um sistema de crenças ainda marcado por estereótipos tradicionais e já ultrapassados em muitos aspectos, ao menos no discurso.

Igualmente, Nolasco (1993, 1995 e 1997) e Goldenberg (1991 e 1997) nos alertam para uma defasagem significativa entre atitudes conservadoras e comportamentos mais igualitários ou apenas “politicamente corretos”. Em estudo realizado sobre a identidade da amante do homem casado, Mirian Goldenberg destaca o fato de estar trabalhando com indivíduos que “compartilham um *ethos* vanguardista”, mesmo estando inseridos em uma cultura por eles próprios definida como “machista”. Ainda assim, segundo ela, a fala desses indivíduos deixa transparecer valores e crenças conflitantes com a atitude que pretendem adotar. Seus discursos revelam representações sobre *ser homem* e *ser mulher* indiscutivelmente marcadas pelo “machismo” que condena na mulher os mesmos comportamentos sexuais que são estimulados no homem.⁸

“A definição da identidade feminina em termos de sua relação com o homem — como esposa, mãe e filha — e da masculina em termos de sua ocupação e certos papéis ou *status*, naturalizando as diferenças entre mulheres e homens, aparece fortemente no discurso dos entrevistados.” (Goldenberg, 1997, p.125)

⁸ A questão também conhecida como *dupla moral sexual* surgirá em vários outros pontos deste trabalho.

Conforme assinalado, no Ocidente, durante muito tempo homens e mulheres viveram aprisionados por representações e papéis construídos para moldar *machos* e *fêmeas* de modo a adequá-los à vida social. Com o advento do feminismo e do movimento *gay*, dentre tantos outros fenômenos que tiveram profundas implicações sociais, assistimos a uma série de transformações nos papéis masculinos e femininos tradicionais, sem contudo espelhar transformações nas representações sociais propriamente ditas. Esta situação de contradição e antagonismo é tratada por Velho (1981) como um *dilema entre permanecer ou mudar* e por Figueira (1987) como um *desmapeamento*. O conflito gerado não é coisa simples de ser elaborada e, conforme constatamos em outro estudo (Wang, 2001), parece ser uma constante na vida de muitos homens. As incertezas que surgem numa era em que a pluralidade e a dispersão de sentidos balizam a construção de alternativas identitárias mais flexíveis, plurais e até voláteis são ao mesmo tempo promissoras e assustadoras. Mesmo que ainda transcorra algum tempo até que mulheres e homens possam usufrir integralmente de suas múltiplas potencialidades, acreditamos que sejam cada vez menores as chances de construirmos categorias totalizadoras que possam dar sentidos unitários e definitivos para masculino e feminino. Talvez resida justamente aí o fascínio de nos encontrarmos em eterno *devoir*, nascimento e morte, reconstrução permanente, a própria essência da vida.